

ATA DA SEPTUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 09-8-2017.

Aos nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Cassio Trogildo, Felipe Camozzato, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoní Medina, André Carús, Cassiá Carpes, Cláudio Janta, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Luciano Marcantônio, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Roberto Robaina, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Tarciso Flecha Negra. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 221/17 (Processo nº 1957/17), de autoria de Dr. Thiago; o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 036/17 (Processo nº 2102/17), de autoria de Mônica Leal, Cassiá Carpes, João Bosco Vaz, Fernanda Melchionna, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina; o Projeto de Resolução nº 038/17 (Processo nº 1876/17), de autoria de Paulo Brum; e o Projeto de Lei do Legislativo nº 213/17 (Processo nº 1853/17), de autoria de Rodrigo Maroni. Também, foi apregoado Requerimento de autoria de Fernanda Melchionna, deferido pelo Presidente, solicitando votação em destaque para as Emendas nºs 55, 56, 57, 58 e 59 apostas ao Projeto de Lei do Executivo nº 007/17 (Processo nº 1635/17). A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª Sessão, o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 009/17, os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nºs 020, 022 e 032/17, os Projetos de Lei Complementar do Executivo nºs 009 e 010/17, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 127, 169, 193 e 210/17, este discutido por João Carlos Nedel, e os Projetos de Lei do Executivo nºs 016 e 018/17; em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 124/16, discutido por Sofia Cavedon, Valter Nagelstein, Prof. Alex Fraga e Reginaldo Pujol. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Tarciso Flecha Negra, Cláudio Janta, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon, Valter Nagelstein, Prof. Alex Fraga, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Fernanda Melchionna e Felipe Camozzato. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e cinquenta e um minutos às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Durante a Sessão, Fernanda Melchionna manifestou -se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e cinquenta e dois minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e secretariados por João Carlos Nedel. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2064/17 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 009/17, que altera o *caput* do art. 101 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. (Conselhos Municipais)

PROC. Nº 1270/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 020/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui inc. XXVIII no *caput* do art. 21 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, dispondo acerca da base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços que especifica.

PROC. Nº 1457/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 022/17, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui incs. XXVIII e XXIX no *caput* do art. 21 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, e alterações posteriores, dispondo acerca da base de cálculo do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN) para serviços que especifica.

PROC. Nº 1823/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 032/17, de autoria do Ver. Valter Nagelstein e outros, que revoga a Lei Complementar nº 420, de 25 de agosto de 1998 – que institui o Código de Proteção contra Incêndio de Porto Alegre e dá outras providências.

PROC. Nº 1904/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 009/17, que institui o Fundo Municipal de Segurança Pública (FUMSEG). **Com Emendas nºs 01 e 02.**

PROC. Nº 1953/17 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/17, que altera o *caput*, os incs. I, II, III, IV, V e VI; as als. *a*, *b* e *c* do inc. IV, e incluídas as als. *d* no inc. IV; *a* e *b* no inc. V, todos do art. 74-A da Lei Complementar

nº 434, de 1º de dezembro de 1999. (PDDUA – alteração/ limites de Área Especial de Interesse Institucional)

PROC. Nº 1099/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/17, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que isenta do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos municipais as pessoas cadastradas no Registro Brasileiro de Doadores de Medula Óssea (Redome).

PROC. Nº 1490/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 169/17, de autoria do Ver. Paulinho Motorista, que inclui os rodoviários do Município de Porto Alegre no grupo prioritário de vacinação contra o vírus influenza.

PROC. Nº 1664/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 193/17, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Vital Moacir da Silveira.

PROC. Nº 1812/17 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 210/17, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Acesso Rio Nilo, Acesso Rio Lena, Acesso Rio Amur, Acesso Rio Níger, Acesso Rio Volga e Acesso Rio Indo logradouros acessos condominiais que especifica, localizados no Bairro Restinga.

PROC. Nº 2036/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 016/17, que altera o *caput* do art. 21 da Lei nº 8.133, de 12 de janeiro de 1998; a ementa; o art. 1º; o *caput* do art. 2º; o *caput*, o parágrafo único, renumerando-o para § 1º, e seus incs. do art. 3º; o *caput* e o § 4º do art. 4º; o inc. II do *caput* e o inc. II do § 1º do art. 5º; o *caput* do art. 7º; o art. 8º; o *caput* do art. 9º; a al. *d* do inc. I e a al. *d* do inc. II do art. 11; os incs. II, III e IV do art. 21 e o parágrafo único do art. 37, inclui o § 2º no art. 3º; os §§ 6º e 7º no art. 4º e o art. 21-A, e revoga o inc. VIII do *caput* e o inc. I do § 1º do art. 5º e o art. 13, todos na Lei nº 12.162, de 9 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o serviço de transporte motorizado privado e remunerado de passageiros. **Com Emenda nº 01.**

PROC. Nº 2057/17 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 018/17, que altera o art. 2º da Lei 11.466, de 29 de julho de 2013, que institui o monitoramento dos veículos integrantes da frota do transporte individual por táxi do município de Porto Alegre, altera o parágrafo único do art. 1º, o *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 5º, o *caput* e o § 1º no art. 8º, o inc. XVIII do art. 23, § 3º do art. 27, o *caput* e o § 3º do art. 31, o inc. I e II do art. 33, o *caput* e os §§ 2º, 3º, 4º e 8º do art. 34, o § 4º do art. 38, art. 39, o art. 40, o art. 41, os §§ 1º, 5º e 8º do art. 65, inclui os §§ 5º, 6º e 7º no art. 8º, inclui o art. 18-A, os incs. XXXIII a XXXV no art. 23, o inc. III ao art. 27, art. 27-A, o art. 30-B, o art. 31-A e 31-B, o § 5º no art. 38, o § 6º no art. 57 e o § 18 a 20 no art. 58, revoga os §§ 3º e 4º do art. 5º; o art. 18; § 5º do art. 27; § 2º do art. 33; §§ 1º, 5º, 6º e 7º do art. 34; §§ 1º, 2º e 3º do art. 36; os incisos II a V do § 2º e os §§ 3º e 4º do art. 38; o inciso III e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 42, e os §§ 6º e 7º do art. 65, todos da Lei nº 11.582, de 21 de fevereiro de

2014, que institui o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi no Município de Porto Alegre, revoga a Lei nº 7.951, de 8 de janeiro de 1997; a Lei nº 8.357, de 13 de outubro de 1999; a Lei nº 8.751, de 28 de agosto de 2001, e os arts. 3º e 4º da Lei nº 11.466, de 29 de julho de 2013.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 1333/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 124/16, de autoria do Ver. Valter Nagelstein, que estabelece orientações quanto ao comportamento de funcionários, responsáveis e corpo docente de estabelecimentos de ensino públicos ou privados no Município de Porto Alegre, no ensino relacionado a questões sócio-políticas, preconizando a abstenção da emissão de opiniões de cunho pessoal que possam induzir ou angariar simpatia a determinada corrente político-partidária-ideológica.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Carlos Nedel está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. JOÃO CARLOS NEDEL: Sr. Presidente, temos um projeto de minha autoria em 1ª Sessão de Pauta, que denomina vários acessos lá na Restinga. O bairro Restinga foi fundado há muito tempo, e, lamentavelmente, perante o DEMHAB, o bairro foi constituído como se fosse um grande condomínio. E aí temos dificuldades de denominarmos as ruas e acessos daquele bairro. Então, na chamada Restinga Nova, tem inúmeros – inúmeros! – acessos, ruas, becos que não têm denominação. E as pessoas, tristemente, não têm o endereço. Eu sempre digo que ter um endereço é uma questão de dignidade da pessoa, porque a pessoa não sendo encontrada pelos seus parentes, não sendo encontrada para receber crédito, para receber propostas de trabalho, constitui uma grande falta de dignidade do ser humano. Nós estamos denominando alguns acessos e, por orientação, como são acessos pequenos, não possuindo grande espaço, eles precisam nomes pequenos, curtos, para que caibam no mapa da nossa Cidade. Então, estou denominando alguns acessos como: Acesso Rio Nilo, Acesso Rio Lena, Acesso Rio Amur, Acesso Rio Níger, Acesso Rio Volga e Acesso Rio Indo, que são logradouros da nossa querida Restinga. Inclusive, eu estímulo os Srs. Vereadores a me ajudarem a atender esse passivo muito grande que há no bairro Restinga, que são as denominações dos becos, dos acessos, onde as pessoas não são encontradas. Tenho recebido inclusive solicitações de autoridades para que denomine os logradouros lá, para que as pessoas tenham essa dignidade, que é extremamente importante. Então, fica aqui, Sr. Presidente, o meu apelo para que os Vereadores também se preocupem em fazer retornar a dignidade das pessoas lhes dando um endereço digno onde eles possam receber crédito, propostas de trabalho, que eles sejam encontrados pelos seus familiares. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente Cassio, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, infelizmente está tramitando o projeto de iniciativa do Ver. Valter, que eu esperava que, com os debates que já fizemos, as decisões da Justiça no Brasil, as resoluções internacionais, como a resolução da ONU, que já disseram que são contrárias ao cerceamento, monitoramento, proibição da livre manifestação de cátedra nas escolas, mas, infelizmente, segue tramitando, está em segunda discussão preliminar de Pauta, o projeto escola sem partido. Na verdade, é uma iniciativa que denota obviamente que quem defende essa escola tem partido e tem ideologia, e há uma ideologia que os ventos republicanos e democráticos já pensavam superada, que é a ideia que em “briga de marido e mulher não se mete a colher”, dentro do espaço doméstico reservado à família, as decisões sobre a formação, sobre a forma de se relacionar, tem a ver com isso, a ideia da supremacia da família acima dos conceitos e da ética que construímos em sociedade. Isso, pensávamos estar superado por legislações que tutelam, por exemplo, o direito das mulheres, mesmo a relação de namoro está tutelada hoje, porque a integridade física, emocional, o direito de ir e vir estão previstos na legislação brasileira, e é uma construção. Portanto, uma lei que venha a estabelecer limites, imparcialidade para a atuação dos professores em sala de aula é uma lei que joga no casuísmo, nos critérios não claros de avaliação, de censura e de tutela da atuação dos professores e professoras.

Uma das perguntas que faço: se uma família defende que bater nas crianças, dar palmadas, repreensão, puxar orelha, educa, isso é do âmbito da família ou a escola pode e deve problematizar e trabalhar com outros conceitos? Nós sabemos que isso já está prescrito na legislação - é crime qualquer violência contra a infância. Eu daria um outro exemplo: é possível, depois de tudo o que a humanidade já viveu, ser neutro diante da história quando se trata do holocausto, por exemplo? Da vitimização da violência dos judeus por um Estado totalitário, é possível ser neutro diante desse assunto? Como se pode estabelecer, portanto, que a cátedra seja neutra em relação ao conhecimento? Se uma família acredita no criacionismo, a escola não poderá trabalhar com o evolucionismo? Não poderá apresentar as pesquisas que defendem que o homem sofreu uma evolução biológica, porque a escola estará contraditando os credos e as visões familiares? O professor será censurado por isso? Parece estapafúrdio, mas não é. Já aconteceu censura por famílias religiosas a uma cátedra que apresentou o evolucionismo de Darwin, as pesquisas que podem não ser aceitas como um dogma para a família, mas são do conhecimento. Toda a construção brasileira e mundial, porque há resoluções da ONU sobre essas iniciativas de escola sem partido, há resoluções claras, contrárias a esse cerceamento, defendem que a educação é o espaço do diálogo, da diversidade, de todas as ideias, da pluralidade, da produção do novo, do questionamento, dos diferentes pontos de vista sobre a história e que seres humanos são agentes e não como o projeto de lei quer caracterizar – não sei qual exatamente a expressão –, como se os alunos fossem seres que absorvem de forma linear ou sem crítica a qualquer fala. Não é verdade. Todas as linhas do conhecimento e

desenvolvimento humano - Piaget, Vygotsky, Wallon – dizem que a criança produz conhecimento, pensa, desenvolve, é ela que aprende, não há possibilidade de uma impressão pura e simples do mundo sobre ela - já evoluímos dessa concepção. Portanto, o professor também é um sujeito na produção do conhecimento, com suas ideias, com sua fala, com sua capacidade de...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, não me surpreende a fala da Ver.^a Sofia Cavedon. Na verdade, eu peço que os senhores atentem para isso, estou tocando no nervo exposto do sistema de doutrinação que se estabeleceu a partir de uma visão política, destinada exatamente a capturar os nossos jovens, moldá-los ou amoldá-los, para dentro dessa visão. O projeto político do PT, o projeto político das esquerdas, o projeto político que está sendo levado a cabo na Venezuela, no dia de hoje, o projeto político que era liderado pelo Presidente Lula, quando fundou o Foro de São Paulo, se destinava a seis ações básicas. Quais eram essas ações, Ver. Cecchim? Desarmar a população. Foi feito. Aparelhar sindicatos e movimentos sociais. Então, nós temos a CUT, o MST, a Via Campesina e o sindicato de professores, todos eles com a hegemonia do educador Paulo Freire, com essa mesma visão marxista que dizia que a educação deve ser um instrumento para a resistência e a luta. Portanto, é uma visão ideológica, sim, e por isso que eles resistem. Implantar comitês populares. Não é de graça que o PT aqui, quando governou, implantou todos esses conselhos e tentou implantar também no Governo Federal. E o que todos nós vimos, colocar irmão contra irmão, brasileiro contra brasileiro, uns contra os outros, elite contra os trabalhadores, os coxinhas contra os oprimidos. Essa é a matriz do pensamento marxista. E, depois de estabelecido e levado a cabo todo esse receituário, dominar pela força. Pois bem, as pessoas já estão desarmadas, já se construiu o consenso das ideias, já se forjou nas crianças, desde a mais tenra idade, que aquela visão de mundo era a correta, que o capitalismo não presta, que o capitalismo é opressor, e a partir daí, então, se estabelece o governo popular, porque todos os outros não prestam - essa é a visão. Quando nós propusemos o projeto Escola sem Partido, que fala em neutralidade, vejam bem, o que acontece hoje? É uma das coisas mais criminosas que podem existir contra uma criança, que é direcionar e restringir a literatura, que é mostrar que existe só uma visão e que só nessa visão existem méritos e virtudes, e que a outra visão, ao contrário, é responsável por todos os males do mundo. Esse é o processo que se estabeleceu, que está entranhado da forma mais profunda possível dentro dos sindicatos que têm esse compromisso e essa visão ideológica. O que nós estamos propondo é o contrário, é a visão libertária, é a visão da liberdade do indivíduo! Pois,

meus colegas Vereadores, eu vou entrar no táxi amanhã e vou dizer para o taxista que eu quero ir para Petrópolis, e o taxista vai me levar para o Rubem Berta. É possível isso? Uma coisa é liberdade de escolha e de opinião, outra coisa é liberdade de cátedra. O Prof. Alex é professor de biologia, ele não pode dar aula dizendo que as regras da biologia não existem e que são uma criação imposta por um sistema dominante, dentro da biologia, que quer oprimir e explorar os outros. Ele tem que se ater àquilo que o conteúdo programático e a ciência assim ensinam. Não é isso que existe na ideologia que está hoje hegemonicamente tomando conta desse sistema e que precisa ser quebrado. E o que nós podemos fazer aqui é o maior favor que vamos fazer. A escola ensina; a família educa. A escola ensina, e a família educa valores morais, religiosos. Esses valores são prerrogativa da família. Senhores Vereadores, me desculpem se for pretensioso dizer isso, mas neste momento não há projeto mais importante do que esse que estamos discutindo aqui. Nós estamos discutindo a captura das mentes e dos corações das nossas crianças. Lenin já falou dos idiotas úteis. Não sejamos idiotas úteis, sob o pretenso argumento da liberdade. Esta liberdade é que está sendo morta. Como é que nós matamos a liberdade? Restringindo a literatura, designando ao jovem aprendiz somente uma determinada vertente, só um tipo de livro. Ao contrário, nós estamos dizendo que é sagrada a neutralidade. Ninguém está querendo fazer mordação, cercear o debate; muito antes pelo contrário, o que nós estamos querendo é o mais absoluto respeito e liberdade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa tarde, Presidente, colegas Vereadores e público que nos assiste, hoje pela manhã recebi uma notícia maravilhosa e queria compartilhar aqui com os nobres colegas da Comissão; eu estou vendo aqui o Alvoní, e a Sofia estava aqui há pouco, também. Venho à tribuna do plenário da Câmara de Vereadores para fazer um registro. Peço uma atenção especial aos nobres Pares que também fizeram parte da Comissão da Educação, Cultura, Esporte e Juventude desta Casa: Vereadores Alvoní Medina, Matheus Ayres, Reginaldo Pujol e Sofia Cavedon, as nossas visitas às escolas estão dando resultados positivos. Hoje eu recebi este *e-mail* (Mostra documento.) da Diretora da Escola Municipal de Educação Fundamental Martim Aranha, localizada no bairro Santa Tereza, Zona Sul da Capital, dizendo que a Secretaria Municipal de Educação disponibilizou a verba para a reforma do esgoto do colégio e que a obra, inclusive, já está concluída. Parabéns ao Executivo.

Quando visitamos a Escola Martim Aranha, fiquei muito chocado quando vi esgoto a céu aberto, correndo ao lado do refeitório onde as crianças se alimentam. Era uma loucura, gente. Ainda bem que essa situação foi resolvida, mas ainda temos muito o que fazer dentro das escolas municipais.

Fiquei muito feliz com o *e-mail* da Diretora, e espero que as outras demandas que encaminharmos ao Poder Executivo também sejam atendidas, pois todas são de extrema importância para o desenvolvimento da educação das nossas crianças, Sofia.

A gente recebeu um *e-mail* sobre a visita que fizemos a uma escola no bairro Santa Tereza, a Escola Martim Aranha, que tinha um esgoto aberto perto do refeitório. Isso é importante. Sempre que eu venho aqui, eu falo desta minha bandeira, que é a bandeira do esporte, da educação, Alex, da cultura, porque eu vejo numa cidade, numa metrópole, num país de Primeiro Mundo, eu vejo na frente, esporte, educação, cultura, segurança, saúde. Isso é país de Primeiro Mundo, onde se dá ao povo condições de se formar, lá na frente, um cidadão equilibrado, um cidadão do bem. Então, Presidente, eu fico muito contente e quero agradecer ao Executivo, que foi sensível às nossas demandas. Espero que possamos, dentro das escolas, continuar atendendo às demandas, com a ajuda do Executivo, e que possa haver um atendimento a essas escolas para que as nossas crianças do Brasil de amanhã sejam cidadãos equilibrados.

Quero agradecer também aos nobres colegas que acreditaram e acreditam nessas visitas que fazemos aos bairros, Ver.^a Sofia, que são muito importantes. E as nossas visitas vão continuar porque nós vamos atrás das demandas, nós vamos onde está o povo para que melhorem os colégios, as escolas nos bairros. Isso me deixa muito contente porque eu vejo lá no futuro, quando isso acontece, traz uma esperança maravilhosa, gostosa, ótima, no sentido de que o Brasil é o Brasil do sonho, do amor, do carinho e da fraternidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste. Sei que nós temos muitos problemas da nossa Cidade e do nosso Estado para tratar, mas não posso deixar de falar de dois temas que ontem foram tratados em Brasília, dois temas que mexem com a vida do povo brasileiro. Primeiro, o Presidente Temer disse que ia corrigir a tabela do imposto de renda. Não corrigir a tabela do imposto de renda, defasada, na qual quem ganha R\$ 4 mil e poucos reais, Ver. Dr. Goulart, já paga 27%. Ele criaria novas tarifas de imposto de renda, cobraria mais imposto de renda, nova tabela de imposto de renda, de arrecadação de imposto de renda. E largou uma nota, não foi para a TV fazer pronunciamento, mas largou uma nota dizendo que não vai fazer isso. E logo depois, em uma entrevista, o Ministro Henrique Meireles disse que o Governo aumentará impostos. Confiar em quem? Eu não confio em nenhum dos dois! Mas o Governo já aumentou o combustível, e automaticamente aumentou a luz, aumentou a cesta básica, aumentou todos os produtos que o povo brasileiro consome com o aumento do

combustível. Então eu acredito que o povo brasileiro deve ficar bem atento às novas políticas do Governo Federal para aumentar impostos.

Outra questão também atinge o povo brasileiro. Nós estamos presenciando, nos últimos tempos, as operações da Polícia Federal e do Ministério Público, desde o mensalão e da Lava Jato, nas quais centenas de políticos de diversos partidos estão envolvidos. Agora, para salvar os seus mandatos estão vindo com uma milagrosa reforma política, uma vergonhosa reforma política, uma picaretagem de uma reforma política! Vergonhosa! Não foi discutida com o povo, não estão vendo, não estão respeitando as urnas! As urnas estão dizendo que o povo não aguenta mais esse modelo, mas não o modelo que querem implementar, que não vai permitir oxigenar, não vai permitir às pessoas uma escolha de renovação, vai perpetuar no poder esses que lá estão dilapidando o Brasil, esses que lá estão destruindo o patrimônio do povo brasileiro! Essa é a reforma política que estão propondo. Esse é a reforma política que estão propondo, que os mesmos que estão lá continuem. Essa reforma... Não se fala nessa reforma política de prevalecer o que é dito na eleição. Os compromissos eleitorais firmados devem ser cumpridos, senão a pessoa tem de sair de seu posto. Não se fala, na reforma política, em ir até suas bases eleitorais, assumir um compromisso que deve ser garantido na campanha, ser garantido na hora de seu voto. Não se fala, na reforma política, da fidelidade partidária, não somente do parlamentar, mas do partido com o parlamentar, da fidelidade partidária do partido com suas teses, do partido com seu estatuto. Isso não se fala na reforma política. Fala-se em garantir os mesmos onde eles estão. É isso que se fala nessa reforma política. Um absurdo. Aí dizem que querem acabar com essa monteira de partidos que existem no Brasil. Isso é o maior sinônimo de democracia. Se existe esse monte de partidos, como falam, é porque os grandes partidos não mais representam os anseios do povo. Esses grandes partidos não representam mais a vontade política do povo, não representam mais a vontade política dos políticos. Nós sabemos como funcionam esses grandes partidos. Não existe o direito de rescisão dos políticos com esses partidos. Aí falam em reforma política para se garantir, para continuarem; em nenhum momento falam em fazer uma reforma tributária. Em nenhum momento falam em fazer uma reforma, nesse Brasil, de distribuição de renda de fato. Ninguém fala em fazer um pacto federativo. Falam somente em se garantir em seus cargos. Então, eu acho que esta Casa que já fez grandes levantes tem de fazer esse levante, discutir essa reforma política. Não é o momento de fazer isso, a regra foi estabelecida; agora, não vem tentar fazer uma reforma para se garantir nas suas cadeiras, seja no Senado, seja no Congresso Nacional. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde Vereadores, Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, nas galerias, colegas da Câmara, quero, antes de mais

nada, fazer uma saudação ao colega André Carús, que teve, ontem, uma atividade sensacional junto à COSMAM aqui na Câmara, onde a Comissão reuniu entidades da proteção animal, do Governo Municipal, pessoas que fizeram parte do outro Governo, com o Alex, inclusive, colega por quem tenho muito apreço e respeito. É fundamental esse tipo de debate aqui na Câmara para saber e incentivar os rumos de políticas públicas para os animais; efetivamente, mesmo que eu apoie este Governo, vou ser o maior crítico para que se melhore nas políticas públicas e se faça uma discussão muito honesta com relação ao que o outro Governo fez para se manter essa política pública. A Ver.^a Fernanda disse aqui que as pessoas tiravam da própria boca para botar na boca dos animais. Quero te convidar, Fernanda, tenho um carinho de verdade por ti - até em um momento defendemos coisas parecidas, lá atrás - porque acho que na verdade tu deverias ver comigo para ver a realidade dos carroceiros aqui de Porto Alegre antes de falar com relação aos animais. Essa realidade que tu comentou, e aí lamento muito, inclusive naquele momento não poder responder, pois talvez foi como uma forma de dialogar com o público que estava aqui, mas a verdade é que os carroceiros, na sua maior parte, não têm nenhum tipo de tratamento pelos animais, eles só exploram os animais. Eventualmente tem um indivíduo que tem carinho pelos animais, mas na sua maioria, e infelizmente... Falo isso com muita tristeza, porque na verdade as carroças são algo absolutamente primitivo, nem deveria ser da nossa época. E não acho que a culpa é das pessoas que utilizam carroças, pois muitas vezes o caminho da sobrevivência é esse, mas lamentavelmente, pela própria cultura, falta de informação e ignorância que se tem, eles tratam os animais de uma forma absolutamente trágica. E aí quero dizer pra ti, colega, até tinha feito uma menção aqui, não sou da tese de que porque a gente já foi militante estudantil junto, que militar não é trabalho, que tem que receber, inclusive, quando eu era militante estudantil do movimento estudantil, a prova disso é que sempre fui contra ganhar qualquer tipo de liberação por achar que a militância política ou de uma causa tem que ser algo absolutamente puro, do coração, simples e puramente. Tanto que eu trabalhava com bolsa estágio, fui garçom para poder estar na faculdade. No entanto, fazia a militância sempre sem receber nada. Naquele dia, tu comentaste que eu estava comentando em relação à Cláudia que não trabalhava, nunca vi ela trabalhar, de algum fundo ela sobrevive. Com relação à questão das carroças, a gente inclusive tem que mandar a partir desta Câmara, Presidente Cassio, uma nota para o Correio do Povo, porque deu muita confusão com relação a isso. Eu fui muito cobrado nos últimos dias que nós aprovamos aqui... Até liguei para o Janta para dizer, pêra aí. Liguei para o André, naquela noite mesmo, depois mandei a mensagem para o Janta, porque não tem nada a ver com carroça o que foi aprovado aqui. Saiu no Correio do Povo que nós teríamos aprovado a continuidade das carroças, não dos carrinhos. A gente sabe que infelizmente a imprensa é sensacionalista; infelizmente, os jornais gostam de criar fatos em cima da Câmara de Vereadores, mas eu acho que caberia uma nota nossa aqui esclarecendo que as carroças estão no fim. E eu queria fazer um convite muito fraterno, de amigo mesmo, que há muitas carroças clandestinas ainda na cidade de Porto Alegre em vários bairros. Para concluir, queira convidar, não só a Fernanda, que é minha amiga, talvez a que eu conheço há mais tempo aqui, mas o

Alex, que está na pauta dos animais, o André Carús, que tem sido um parceiro, o Adeli que é um histórico lutador dos animais, para irem até a periferia da cidade junto comigo, quando for chamado, olhar esses animais - infelizmente, não há fiscalização suficiente -, ver como são maltratados e como estão em estado final. E são centenas em Porto Alegre, utilizados por madeireiras, utilizadas por carroceiros. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa tarde, Presidente. Nós vamos só fazer um protocolo, muito rapidamente, da Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura, que é composta pelos Vereadores Reginaldo Pujol, Adeli Sell, Tarciso, Sofia Cavedon e outros Vereadores: estamos protocolando uma Moção de Solidariedade pela manutenção do programa Adote um Escritor, com assinaturas de vários Vereadores, de vários partidos. Estamos fazendo aqui este protocolo, coletivamente, e queremos que esta Moção de apoio aos escritores, aos professores e à rede municipal de ensino seja votada por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Senhoras e senhores, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, ontem fui assistir, assim como a imprensa foi convidada, a uma coletiva de ex-diretores do Departamento de Águas e Esgotos da cidade de Porto Alegre - DMAE. Uma coletiva de imprensa que reuniu diretores de vários partidos, de vários governos. Vou ler os nomes, vocês vão reconhecê-los nos seus governos: Guilherme Barbosa, João Antonio Dib, Wilson Ghignatti, Carlos Alberto Petersen, Dieter Watchow - o Ver. Nedel já reconheceu! -, Arnaldo Dutra, Carlos Todeschini, Augusto Damiani, Flávio Presser, que foi o penúltimo diretor. Essa importante e emblemática coletiva dos ex-diretores do DMAE trouxe elementos muito significativos: primeiro a representatividade dos que atestam que o DMAE é uma empresa, uma autarquia que funciona muito bem. Aliás, é uma autarquia, porque autarquia não têm imposto, vários impostos que incidiriam sobre a tarifa, o que foi uma escolha acertada na época; um órgão criado a partir do Prefeito Loureiro da Silva que conseguiu com a tarifa - com tarifa reconhecida mundialmente no Fórum Mundial das Águas, em Kyoto, no Japão - ser a melhor tarifa do mundo, pela capacidade de ser módica para os pobres. Um órgão que consegue eventualmente emprestar para a Prefeitura, quando ela precisa, um órgão que tem um conselho de administração com 14 entidades representativas da sociedade, e é a maioria da sociedade civil que controla, que acompanha; por isso, fornece água de qualidade - podemos abrir a torneira e beber. Um órgão que entregou, Ver. Eng^o Comassetto, Ver. Adeli, Ver. Oliboni, água para 100% da cidade de Porto Alegre, porque mesmo as vilas irregulares, têm água potável do DMAE, inclusive tem água regular, porque o DMAE teve por anos os Programas: Água Certa, Consumo Responsável. Na medida das suas pernas, o DMAE chegou às vilas irregulares. A nossa

Cidade tem que se orgulhar por ter capacidade para tratar de 80% do seu esgoto. Isso é o DMAE, ano após ano, governo após governo, conseguiu fazer um projeto de extensão do Programa Integrado Socioambiental - Pisa. Ainda não trata os 80%, porque tem que continuar a fazer as ligações, mas tem capacidade para tratar 80% dos esgotos da nossa Cidade. Para esse órgão de saúde financeira muito boa, com capacidade permanente de investimento, o Prefeito Municipal mandou lei para cá para privatizar, fazer concessão ou terceirização. É o que está escrito, Ver. Nedel, está escrito pelo Prefeito Marchezan! Não tem nada que o autorize mexer na água, bem dos porto-alegrenses! Este DMAE, esta Cidade já defendeu de ser incorporada pela Corsan por pelo menos duas vezes. Este DMAE é um patrimônio, um orgulho de Porto Alegre! O Prefeito que foi para Paris, senhores, Paris, foi citado ontem, Ver.^a Mônica. Paris reestatizou a água porque tinha privatizado e teve que voltar atrás agora. E adivinhem por que, assim como Buenos Aires? Porque a água ser tornou cara, tarifa muito cara, baixo investimento - olhem as evidências - e incapacidade de autonomia, de gestão dos Governos para atender a sua população. Evidências de cidades como Paris e Buenos Aires, que haviam privatizado a sua água e que voltaram atrás anos depois, Ver. Felipe Camozzato, porque ela se tornou cara, se tornou inviável para uma gestão pública que garanta água, que garanta um sistema integrado de trabalho com saneamento porque a água só é limpa se houver tratamento de esgoto, se houver um trabalho da SMAM, se houver saneamento de rios, se houver o trabalho do DEP que hoje está fragmentado. Então, é inaceitável, é irresponsável esse Governo que quer vender o que funciona, além de quebrar a Carris, ser incompetente na gestão - está aí um processo do Ministério Público, do Tribunal de Contas que está andando de novo com uma auditoria. Quer vender a DIP? Olhem para a conta de luz da sua casa, R\$ 19,00 por mês de cada família, de cada lar é para a iluminação pública, um dinheiro certo. O que o Prefeito quer fazer, dispensando os funcionários municipais com essa riqueza? Privatizar a DIP? Então, a privatização da água não passará; este Prefeito precisa dialogar com as pessoas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde senhoras e senhores que acompanham nossos trabalhos e discussões na tarde de hoje. Venho a esta tribuna, em período de pauta, para falar mais uma vez, visto que já me manifestei na 1ª Sessão de Pauta, do PLL nº 124/16. Sou novamente impelido a me manifestar em virtude do que disse anteriormente neste mesmo local, nesta mesma tribuna o autor do projeto, Ver. Valter Nagelstein. O Vereador propõe uma frase muito emblemática, muito pesada, fala o Vereador, alto e bom som, que a escola ensina, e a família educa – com essas letras e essas palavras. Talvez todo o distanciamento do Ver. Valter com relação à realidade das escolas – não me refiro única e exclusivamente às escolas da rede pública, mas também às escolas da rede particular -, talvez todo esse desconhecimento, vamos colocar dessa

forma, faça com que ele imponha ou tente impor o seu ponto de vista, extremamente simplista, a respeito dessa situação, que é complexa. Eu não posso, jamais, como professor, isso que não tenho tanta experiência assim, são apenas 17 anos de sala de aula, concordar com esse tipo de manifestação pelo que tenho visto nos últimos anos. É terrível a situação com que algumas pessoas tratam os seus entes; terrível! Saibam que a maior parte dos casos de abusos sexual com crianças acontece dentro das suas residências, no seu lar, principalmente por indivíduos que deveriam zelar pela segurança e pela integridade física dessas crianças. E agora o Vereador vem a esta tribuna dizendo que não, que a escola não tem que se meter nesses detalhes, que a escola tem que ensinar, que cabe à família educar. E quando a família exatamente que viola os direitos dessas crianças, não é dever dos seus professores perceber que algo está errado, quando aquela criança manifesta sinais de abuso, e procurar as autoridades competentes? O Vereador então sugere que nós, professores, fechemos nossos olhos a essa realidade horrorosa? Não, Ver. Valter, não vamos nos calar! Vamos, sim, continuar tocando em temas que são sensíveis a essa sociedade, como é a questão da sexualidade. Sim, é nosso dever, é nossa missão educar, sim, também, demonstrar para essas crianças ou manifestar a elas que elas, sim, são indivíduos, que têm direitos que esses direitos precisam ser respeitados; precisam, devem, inclusive esses direitos violados pelos seus familiares. Portanto, não vou me calar, assim como os meus colegas também não irão, nos manifestaremos sempre que houver algum tipo de problema, algum tipo de violação com relação aos direitos das nossas crianças. Não nos calaremos frente a injustiças e erros passados na civilização humana com relação, principalmente, às atrocidades cometidas, para que esses erros não voltem a acontecer. Sempre me manifestei contrário à ótica predatória que a natureza sofre com relação à exploração desenfreada, movida pela ganância do ser humano. Sou um professor de biologia e nunca vou me calar com relação a esses temas. Nunca, jamais! Se acharem que isso é doutrinação ideológica, que achem, que me denunciem, que tentem cassar os meus registros, o meu diploma, mas eu não vou calar, porque, depois, o que sobrar para as gerações futuras? Olhem o que aconteceu em Mariana: o maior crime ambiental do País, que, agora, teve suspenso o seu processo. Isso é uma vergonha, isso é lamentável! E eu não vou me calar, não vou me calar! Não importa se é Vereador, se é Deputado, se é Presidente da República! Eu vou continuar denunciando os erros cometidos aqui em Porto Alegre e no meu País, porque é nosso dever moral, é nosso dever legal, como professores, levar às crianças o nosso ponto de vista. Sim, a nossa opinião é válida, porque não há conhecimento neutro. Eu posso exemplificar, a partir deste plenário, com um menino que talvez tenha sido doutrinado por mim: Felipe Camozzato, meu ex-aluno, integrante do partido NOVO. Olhem só que doutrinação! Mesmo tendo aula comigo...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Só peço a fidalguia dos colegas de me ouvirem poucos minutos, mas vejam a gravidade do que foi dito aqui. O Ver. Prof. Alex Fraga trouxe um crime capitulado no Código de Processo Penal que é o abuso sexual de crianças no seio da sua família, uma tragédia sob todos os aspectos, que não deve receber o aplauso de ninguém, deve receber a mais severa repulsa de quem quer que seja para justificar o seu argumento. Família, para mim, é outra coisa. Eu sou pai de três filhos, Ver. Prof. Alex Fraga - o senhor deve ser pai também -, não queira me ensinar o que é ser pai, não queira me ensinar o que é ter responsabilidade. Como diria o Dr. Ulisses Guimarães, não há obra mais importante a ser inaugurada do que inaugurar um ser humano. E são os seres humanos livres, porque libertário é o meu pensamento, não aqueles dirigidos que eu desejo forjar.

O meu partido político, diferentemente do seu, não está fazendo manifesto nem aplaudindo o que está acontecendo na Venezuela nesses dias. Dizer, Prof. Alex Fraga, que a escola tem que educar para as questões de gênero porque as crianças estão sendo sexualmente violentadas nas famílias é um dos maiores absurdos que eu já ouvi nesta Câmara de Vereadores nos meus três mandatos. Faz parte, exatamente, dessa matriz e desse barro que quer desconstituir a família! E quando eu falo família, não estou falando de um casal heterossexual, eu estou falando família de uma união onde haja amor e propósito de constituir amor. Para quê? Exatamente para construir uma sociedade melhor e para inaugurar boas pessoas. O senhor vem aqui dizer que é preciso que o professor intervenha porque as famílias estão estuprando as crianças. Pelo amor de Deus! Eu não poderia ter ouvido isso de um professor que está numa das mais importantes escolas da nossa Cidade, que é professor do Partido Socialismo e Liberdade, que, aliás, não existe isso! Não existe, na história dos últimos cem anos, desde 1917 até 2017 não se conjugam socialismo com liberdade. E mais uma vez, ao longo do tempo, a Venezuela está nos mostrando isso. Jovens, famílias, homens, mulheres estão tendo que correr pela ponte do rio Orinoco, fugir por onde quer que seja. E mais uma vez uma barbárie que se estabelece lá, tendo como ponto fulcral, central, um sistema de captura, que quer mostrar que só existe uma visão política que tem virtudes, que quer dizer que família, por exemplo, é uma coisa ruim, que religião e que Deus, meus caros colegas, são coisas ruins; que as famílias que dizem que tem que respeitar Deus ou ser temente a Jesus, essas coisas, que isso é uma falsa moral burguesa. Querem exatamente destruir esses valores, e nós temos que aceitar isso, porque somos os caretas, porque somos reacionários? Não, eu já disse mil vezes a um outro Vereador aqui que não sou reacionário; ao contrário, sou libertário. O reacionário é aquele saudosos do passado. O revolucionário é aquele que quer destruir todas as vertentes e todas as opiniões para construir a sua verdade, única e absoluta. Eles são os revolucionários que se orgulham e se ufanam de dizer isso. Ao contrário, o que eu quero aqui é conservar os bons valores, os bons propósitos, evoluir e fazer avançar a sociedade naquilo que ela deve avançar e evoluir, dizendo, sim, que a família tem essa

primazia de dar valores aos jovens, valores da fraternidade, do respeito ao próximo, da tolerância, da não opressão, enfim, de todas essas coisas. Agora, sobe aqui em um espaço sagrado da democracia que é a tribuna para aviltar e para vilipendiar, Ver. Prof. Alex Fraga, a família, dizendo que tem que fazer isso, porque a maior parte das violências contra as crianças ocorre na família. Não, e uma das formas de violência contra a criança é ofender sua liberdade de consciência. Outro dia um amigo de meu filho chegou em casa para um trabalho de aula, cujo título era: Faça uma redação sobre os guerreiros da liberdade. Sobre quem é que ele tinha que redigir? Carlos Mariguella. Aí o pai ficou revoltado com aquilo e disse: volta na escola e diz que teu pai disse que tu vais escrever sobre Mahatma Gandhi. E se teu professor disser alguma coisa, eu vou lá na escola e vou tomar as providências que, como pai, tenho que tomar. Não é esse um sistema de doutrinação insidioso, sub-reptício, que precisa ser combatido? Agora, não estou inventando nada, senhores. Apenas o que o projeto escola de lei sem partido, vejam bem o que estou dizendo, diz é o que já está no Estatuto dos Funcionários Públicos, já está, não estou inventando, que se chama neutralidade do servidor no seu ambiente de trabalho e do professor no sagrado ambiente da escola, onde tem que respeitar também a família...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Boa tarde, senhoras e senhores. Venho à tribuna em tempo de liderança do meu Partido, o PSOL, portanto falo em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna. Nós percebemos que, quando alguém quer distorcer fatos e dados, parece muito fácil quando a pessoa tem o dom da eloquência. Ver. Valter, eu subi a esta tribuna e utilizei o exemplo das violações, dos abusos sexuais de crianças acontecerem em suas famílias, por conta de uma frase que o senhor afirmou de forma bastante enfática, que era: “A escola ensina; a família educa”. Eu convido o senhor a comparecer à Delegacia Especial da Criança e do Adolescente para fazer um levantamento de dados sobre os agressores nos casos listados, nos casos registrados. O senhor vai perceber que a maior parte dos abusos sexuais contra crianças ocorre no seio familiar. Foi isso o que eu disse. Eu não estou inventando, eu não estou atentando contra a família, eu também tenho família, mas não vou fechar meus olhos a essas barbaridades. Não vou! Nunca irei.

Surpreende-me demais o Vereador, que é proponente de um projeto legal, bacana, que é a inclusão do tema do debate a respeito do holocausto, que foi um crime hediondo, um atentado à humanidade, propor nesta tribuna e defender um projeto que prega a neutralidade e o posicionamento frente a matizes ideológicas diversas... Não há neutralidade, Ver. Valter. Não há! Eu repudio qualquer professor que trate o tema do

holocausto com neutralidade. Isso não pode acontecer. Nós não podemos tratar com neutralidade a opinião de alguns indivíduos que, por conta da sua liberdade de expressão, usam ela como prerrogativa para humilhar colegas por conta da sua opção sexual, da sua sexualidade! Eu não posso agir com neutralidade, porque a maior parte dos casos de *bullying* que ocorre nas escolas tem como tema gerador as questões de ordem sexual – questões de ordem sexual!

(Aparte antirregimental do Ver. Dr. Thiago.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Gordura também, os termos que estão muito em voga: gordofobia e homofobia. Exatamente, são temas que geram *bullying* e isso tem que ser combatido. Nós não podemos permitir que isso seja aceito ou naturalizado dentro das nossas escolas. Aí, aprovando projetos medonhos como esse, que tem essa natureza, nós vamos cercear a tarefa que os professores têm de fazer uma orientação e conduzir um debate sobre esses temas, temas que são sensíveis. E eu trago especificamente a sexualidade porque é da minha área de atuação, eu sou professor de ciências biológicas, esse é um dos temas que está estabelecido nos parâmetros curriculares nacionais. Eu sou obrigado, por lei, a trabalhar esses temas na sala de aula, principalmente para que o indivíduo se sinta bem com a sua sexualidade e que não venha a ter os seus direitos tolhidos por outros – não podemos! E boa parte das pessoas que levanta a voz defendendo os projetos de cunho “escola sem partido”, traz esta argumentação: vocês, professores, querem doutrinar os nossos filhos para que eles sejam *gays*, para que eles... Não! Não, a nossa obrigação é fazer com que as pessoas se respeitem, com que as pessoas percebam que o outro, mesmo diferente, também é normal, mas é diferente. E com esses projetos não teremos mais esse tipo de debate, porque os professores...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

O SR. PROF. ALEX FRAGA: ...os professores vão ser perseguidos por conta disso! Serão caçados, serão hostilizados pelos familiares, por quê? Porque, dentro da ótica do Ver. Valter Nagelstein, cabe à família educar. Esse termo é muito subjetivo, educar para a intolerância? Nós vemos muito por aí, mas cabe a nós, professores, contribuir para construir uma sociedade em que as pessoas se aceitem, se respeitem. Se no seio familiar isso não é feito, se as crianças são educadas com um viés intolerante, com um viés discriminatório, sexista, racista, cabe a nós, professores, lutar contra isso, levantar nossas vozes e utilizar nossas prerrogativas para construir um País melhor. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Presidente Cassio, colegas, rápido e rasteiro, eu não poderia deixar de me manifestar após ouvir alguns colegas que me antecederam, serei prático. Tenho vindo a esta tribuna falar sobre a minha angústia de ver, em pleno 2017, as velhas práticas de politicagem, de populismo, de continuarem mentindo para as pessoas, mentindo para os estudantes, seja com panfletos enganando os estudantes, dizendo que o Governo Marchezan está querendo retirar o passe gratuito dos estudantes – isso não é verdade! O projeto que está aqui nesta Casa prevê uma discussão, sim, de renda para que os estudantes continuem tendo gratuidade, mas estamos discutindo a renda para que aqueles estudantes que têm a renda familiar acima de três ou cinco salários mínimos, que a gente possa discutir isso.

Mas eu vim aqui para dar a minha resposta sobre a questão do DMAE. Bem objetivamente: quem está subindo aqui e dizendo que este Governo, o Governo Marchezan, quer vender o DMAE está mentindo! Não existe outra palavra. É mentira! Eu não aguento mais ouvir politicagem, usem as propostas que foram apresentadas. E vou repetir: existe uma lei antiga que proíbe Parceria Público-Privada, e existe uma vontade, sim, de resolver o problema do esgoto e das regiões de Porto Alegre que alagam em todos os invernos, e aí se pega por uma bandeira político-partidária e se mente. Este Governo jamais falou em vender o DMAE – jamais! –, que nunca foi problema para esta Administração.

Então, com muita responsabilidade eu subo aqui e deixo muito claro, se vocês aí estiverem ouvindo esse papinho – isso é papinho – de que este Governo quer vender o DMAE, olhe bem para a pessoa que diz isso, porque o DMAE não será vendido. Era o que eu queria dizer, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. MÔNICA LEAL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, pessoas que nos assistem através da TVCâmara, eu escutei atentamente todas as manifestações aqui nesta tribuna, e o que me fez reforçar, mais uma vez, o sentimento que tenho – e não é de hoje, vem desde o tempo em que eu era assessora do meu saudoso pai, Ver. Pedro Américo Leal – de que existe uma dificuldade de interpretação muito grande por parte de colegas, não sei se pelo ímpeto de defender as suas ideias.

Faço questão de ler aqui na tribuna o que se propõe no projeto do Ver. Valter Nagelstein. Ninguém pode rebater o que está escrito aqui: “imparcialidade político-ideológica na construção do ensino, na prática do magistério”. Ora, neutralidade não existe, como nós conversávamos, mas imparcialidade é necessário.

Nós sabemos que um professor, um mestre, tem um poder de persuasão, um poder enorme de passar aquilo que ele quer para uma criança, um adolescente, um jovem. Então, é necessário, sim, o compromisso desse professor, desse mestre em ser imparcial. E isso está aqui bem claro. Vamos lá: “o pluralismo de ideias e convencimento de origem político-ideológico”, está bem claro, pluralismo. Por favor, senhores, sejamos exatos na íntegra do projeto, não vamos dar asas à imaginação de cada um que quer aqui puxar a brasa para o seu lado! É isso que me impressiona nas escolas e é isso que nós estamos vendo aqui. Mas o que é isso? A liberdade de consciência e de crença! Está escrito, está expresso: “o direito dos pais ou responsáveis de alunos ao acesso ao programa pedagógico do estabelecimento de ensino, bem como de participar da definição das propostas educacionais”. Ora, eu tenho três filhos, dois já casados. Quando eu fui colocar meus filhos no colégio, busquei exatamente o programa pedagógico do estabelecimento de ensino, um direito que eu tenho. Se o programa está de acordo como eu educo meus filhos, vou colocá-los naquela escola, se não está, não vou colocá-los. Está aqui expresso, é o que está no projeto. Bem, no âmbito de suas competências legais, cabe à Administração Pública Municipal proibir nos estabelecimentos de ensino públicos ou privados toda e qualquer doutrinação política ou ideológica por parte de seus corpos docentes, administradores, funcionários e representantes em que haja a prevalência do ensino dogmático, ideológico, de determinada corrente político partidária.

Olha, sinceramente, fiquei atenta escutando o debate e não consegui entender onde os senhores quiseram chegar. Eu falo não como Vereadora só, mas como mulher, cidadã, irmã, filha, mãe e, hoje, com muito orgulho, como avó de quatro pequenas crianças, eu tenho essa preocupação, sim. Eu não coloco filho nem neto em colégio que tenha doutrinação político partidária, é um direito que tenho. Agora tem pessoas que, nas suas poucas condições, não percebem isso, colocam seus filhos e, depois, se veem numa situação de risco. É isso que o projeto do Ver. Valter Nagelstein quer dizer, e ele está coberto de razão, porque nós temos, sim, que defender nossas crianças de qualquer tentativa, para qualquer lado político partidário! Era só isso.

(Não revisado pela oradora.)...

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, temos mais de uma dúzia de processos que estão tramitando na Casa e se encontram no período de Pauta, a maioria em 1ª Sessão. O único em 2ª Sessão é exatamente o que ensejou as polêmicas que assistimos há pouco, tanto pelo autor, como por seus críticos e, fundamentalmente, pelas manifestações em contrário que aqui ocorreram. Todos colocaram pontos de vistas que, em que pesem as divergências, caracterizam a liberdade que esta tribuna tem que oferecer. Aliás, nós temos que utilizar esta tribuna para um debate sério, positivo e tranquilamente devemos respeitar as

opiniões divergentes como uma decorrência natural de que estamos numa Casa legislativa plural, onde existem 15 representações político-partidárias, obviamente não coincidentes na maioria dos temas que aqui transitam e, dessa forma, por óbvio, nós não temos como pretender outra posição desta tribuna, especialmente neste período, senão a que eu estou anunciando. Aliás, tenho dois projetos que justificariam a minha intervenção no dia de hoje; como são projetos que estão em 1ª Sessão, eu vou ter a oportunidade de me manifestar sobre eles em outras ocasiões. Eu até antecipo um deles, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que propõe a denominação de acessos condominiais no bairro Restinga, mais precisamente na 4ª Unidade Vicinal do Conjunto Nova Restinga. Isso aqui, Sr. Presidente, seria normal, não houvesse uma espécie de monopólio que hoje o Ver. Nedel exerce na sua plenitude com relação a essas denominações.

Há um fato que, inclusive, eu estou averiguando e que certamente vai justificar algum posicionamento mais forte da nossa parte no sentido de que se requer a liberação do famoso croqui que equivocadamente é exigido aqui na Casa para tramitarem os projetos de denominação de ruas; nós não somos atendidos, e, quando se vai cobrar, para a nossa surpresa, foram liberados para outro Vereador. Não há uma possibilidade de ter um regramento específico sobre isso e muito menos um controle. Por isso, Sr. Presidente, eu quero anunciar este fato – eu quero denunciar este fato, inclusive, alertando que se justifica plenamente esta nossa preocupação, porque, doravante, por alteração regimental, o Plenário não vai conhecer estes feitos após a sua tramitação normal. Transcorrida a pauta, eles vão ser endereçados às Comissões ou à Comissão que sobre eles deverá se manifestar e, certamente, após essas definições, eles serão considerados, se não houver nenhum impedimento, aprovados e serão imediatamente encaminhados à sanção. Como eu pertenço à Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, poucos serão os processos que para nós serão encaminhados, especialmente quanto à denominação de nomes de ruas.

Eu quero até discutir este assunto com a Mesa da Casa e com a Diretoria Legislativa, porque eu acredito que determinadas situações – e esta a que estou me referindo é uma das tantas, não só da impugnação, não só do alertamento quanto da tramitação, como também de medidas específicas – requerem que esta matéria acabe sendo conhecida, discutida e debatida pelo próprio Plenário da Casa. Por isso, Sr. Presidente, vou voltar no assunto na próxima reunião que a tanto permitir, e eu farei, já com mais elementos a respeito desse assunto, para, se for o caso inclusive, oferecer requerimento a esta Casa a respeito da reivindicação que estou colocando em protesto, neste momento, da tribuna, em discussão preliminar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu queria falar em tempo de oposição, Sr. Presidente Cassio Trogildo, primeiro para trazer aqui o materialzinho que eu recebi da UMESPA e da UGES, cumprimentando o Marcos, cumprimentando o Eric, cumprimentando a colega que eu ainda não conheço.

Primeiro, quero dizer que dia 11 de agosto vai ser um dia de mobilização na Cidade, e que nós estaremos lá, junto com os estudantes, lutando contra a retirada do meio passe, deixando aqui o material que nós recebemos, os adesivos da campanha das entidades estudantis. Registramos não só o nosso apoio à mobilização, mas também a essa importante confluência entre vários setores que se uniram contra o pacote de ataques do Governo Marchezan, seja a retirada do emprego – com o tema da extinção da profissão dos cobradores –, seja a restrição do passe livre para os aposentados de baixa renda de 60 a 64 anos, seja a retirada do meio passe, que veio proposto pelo Marchezan. Porque o único que nós vemos fazer politicagem, Ver. Moisés Maluco do Bem, é o Governo Marchezan, que propõe um pacote que arrasa com direitos, dizendo que vai reduzir a tarifa de ônibus, quando, na verdade, vai manter o lucro abusivo dos empresários, propõe a retirada de direitos e nenhum centavo de redução na tarifa. Também há o tema da segunda passagem gratuita que foi retirada, justamente penalizando os mais pobres, foi retirada por decreto, de uma maneira antidemocrática, como têm sido configuradas as bases do Governo Marchezan, a lógica do Governo Marchezan na cidade de Porto Alegre, e felizmente vários Vereadores desta Casa se levantaram contra o pacote, com a suspensão da sua tramitação a partir dessa articulação, Ver. Cláudio Janta, desse descontentamento, dessa luta das entidades para que o pacote não seja votado e nenhum direito seja retirado. Agora, é fundamental seguirem as mobilizações das entidades estudantis e das entidades sociais para que esse pacote não volte à tona e que, por outro, esse pacote não signifique a retirada de direitos como quer o Marchezan e os seus Secretários, o Secretário da EPTC, enfim, todos os que foram parte da construção desse verdadeiro pacote de maldades contra a população. Mais do que isso, nós queremos reverter a segunda passagem! Fizemos uma representação no Ministério Público de Contas e nós queremos fazer uma ação popular com todos os Vereadores que quiserem assinar conosco, para que o povo não perca esse direito para aumentar o lucro e a farra dos empresários. Mais do isso, eu não tenho procuração para falar em nome dos ex-Presidentes e diretores do DMAE que estiveram mobilizados ontem, mas eu não acho que o João DIB, que o Todeschini, que o Flávio Prestes, que todos aqueles que estiveram reunidos, ontem, no DMAE, estejam mentindo. Quem está mentindo é o Governo, mentindo para a Cidade, porque quer privatizar aquilo que nós temos de mais precioso, que é o controle sobre a nossa água, uma autarquia superavitária, uma autarquia reconhecida pelo povo de Porto Alegre, justamente em um caminho lamentável de repassar para a iniciativa privada aquilo que tem que ser controlado, obviamente, pelo Poder Público. Muitos países que privatizaram a gestão da água estão revertendo esse caminho, porque a água é essencial. Aliás, não tem lógica nenhum argumento do Marchezan para privatizar o DMAE, porque nós sabemos que o DMAE é uma empresa que só até a metade do ano já teve

mais de R\$ 100 milhões de lucro, vai fechar o ano de 2017 com R\$ 200 milhões de lucro, de superávit, e, ao mesmo tempo, precisa, por óbvio de ter mais investimentos. Mas nós estamos vendo a lógica do Governo justamente no sentido contrário, de sucatear para atacar, como tem feito com os conselhos municipais ao não indicar conselheiros para cumprir o papel do Governo e manda uma lei sorrateira para retirar a necessidade de alteração pela lei complementar. Sem contar o pacote dos municipais, que é um ataque brutal à carreira, é um ataque brutal aos direitos e é um ataque brutal aos servidores públicos municipais. Mas nós estamos vendo também que a Cidade está se levantando. Que houve a maior mobilização do ano de 2017 em frente à Prefeitura, na semana passada, protagonizada pelos trabalhadores municipais e que certamente a partir da assembleia da categoria na sexta-feira, uma ampla campanha será feita para que nenhum desses projetos que ataquem direitos sejam aprovados pela Câmara de Vereadores. Então eu queria, Presidente, só para concluir o argumento, nesse tempo de liderança de oposição, reconhecer a importância da luta dos estudantes. Dizer que, no dia 11 de agosto, que é o dia que marca a luta dos estudantes, nós estaremos lado a lado com os estudantes de Porto Alegre, defendendo o meio-passe. Gostaria de dizer que quem tem feito política autoritária, recessiva, de desrespeito à cidadania e de desmonte da Cidade, lamentavelmente, é o Marcezan. Mas além de ser lamentável, as políticas do Governo... E com uma coisa nós estamos otimistas, se ele se unificou para atacar os direitos do povo, o povo está se unificando para derrotar o Governo Marcezan e garantir direitos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Boa tarde colegas. A melhor coisa do debate em torno do projeto escola sem partido é que ele traz um assunto para a pauta que é, exatamente, o assunto da doutrinação em sala de aula. Mas não quero me ater no debate de quem doutrina quem e como isso é feito, mas sim a um fato histórico do dia de hoje. Hoje, 9 de agosto, é um dia bastante importante para o Brasil. Não sei se todos sabem, mas hoje é o aniversário de criação da Força Expedicionária Brasileira; 25 mil soldados foram enviados para lutar contra o fascismo italiano e o nazismo de Hitler, representaram os valores da liberdade na Itália e representaram cerca de 500 vítimas de barco torpedeados na costa Brasileira por submarinos alemães. Eu não aprendi isso na escola, e não aprendi isso, pois estava aprendendo como o capitalismo é ruim, como os Estados Unidos são maus, como Che Guevara é um herói.

(Aparte antirregimental da Ver.^a Sofia Cavedon.)

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Eu estudei em escolas públicas e particulares, Ver. Sofia; nas duas eu tive exemplos desse tipo. Eu não acho que um

projeto como o da escola sem partido é um projeto que resolve o problema da doutrinação, mas acho que é um projeto que traz a tona um debate que a gente precisa ter, afinal de contas, é preciso que a gente conheça aquilo que realmente é importante e saiba diferenciar aquilo que presta do que não presta. Hoje a gente tem professores que estão mais preocupados em militar do que em dar aula. Quero aproveitar o tempo aqui para congratular o Ver. Moisés pelo seu projeto de podas urbanas, que está tramitando aqui na Casa e que é fundamental para a nossa Cidade. Disse o Presidente Americano Ronald Reagan, nós, o povo, dizemos ao Governo o que ele pode ou não pode fazer, e não o contrário. E o projeto do Moisés é mais ou menos nesse sentido: dar mais liberdade ao cidadão e limitar o poder do Governo.

Hoje, pede-se uma pode urbana e não se sabe quando ela vai ser executada ou se vai ser executada. Ele não pode mexer numa árvore dentro do seu terreno; aliás, não pode é uma palavra recorrente na Cidade de Porto Alegre. Discutir retirada de cobradores? Não pode. Discutir retirada de frentistas nos postos de combustíveis? Não pode. Discutir alteração de Secretarias ou da Educação no Município? Não pode. Quer reformar ou alterar seu imóvel? Não pode, ele está listado, tombado, inventariado. Fazer o Cais Mauá? Não pode. Ter aplicativos de transporte no Município? Não pode. Discutir privatização da Carris? Não pode. Discutir Parceria Público-Privada com o DMAE e com o DEP para obras de infraestrutura e vias urbanas? Não pode. Dar liberdade para o cidadão fazer suas próprias podas, como o projeto do Ver. Moisés? Não pode.

Eu sugeriria que Porto Alegre adotasse um apelido, diante das circunstâncias e da recorrência de “não pode” que temos: Porto Alegre é o “não-podistão”. Nada pode na Cidade. Precisamos mudar isso e resgatar aquilo que Ronald Reagan, nas décadas de 70 e 80, usou e reforçou durante seu Governo - naquela época a gente teve reformas liberalizantes por todo o mundo, que era justamente o conceito de que o Governo deve ter limites, e só há liberdade para seus cidadãos quando o Governo é limitado. Nós, o povo, devemos dizer ao Governo o que ele pode ou não fazer, não o contrário. Hoje vivemos o contrário em Porto Alegre, nas outras Capitais brasileiras, no Governo do Estado e no Brasil. Precisamos parar de dizer não pode e precisamos dizer mais: faz, faça, desenvolva, cresçamos. Muito obrigado. Boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os Líderes se aproximem da Mesa. (Pausa.) Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h51min.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo – às 15h52min): Estão reabertos os trabalhos.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 15h52min.)

* * * * *